

2022
Maio

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE OURÉM

FASE 2 | RELATÓRIO AMBIENTAL – RESUMO NÃO TÉCNICO



Esta página foi deixada propositadamente em branco

ÍNDICE

1. O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?	4
2. O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?	4
3. O QUE SÃO O RELATÓRIO AMBIENTAL E A DECLARAÇÃO AMBIENTAL?	5
4. QUAL O OBJETO DA AAE?	5
5. QUE OPÇÕES ESTRATÉGICAS FORAM AVALIADAS?	6
6. QUAIS SÃO OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE OURÉM?	7
7. QUAIS AS PRINCIPAIS POLÍTICAS ORIENTADORAS E OS PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS RELEVANTES?	8
8. QUAIS AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS?	10
9. QUAIS AS PRINCIPAIS OPORTUNIDADES E RISCOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DECORRENTES DO PUO?	13
10. QUAIS AS PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO?	17
11. QUEM SÃO OS PRINCIPAIS AGENTES NO SUCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PUO?	20
12. QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO?	20
13. O QUE SE CONCLUIU SOBRE O DESEMPENHO AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE DO PUO?	25

1. O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?

O **Resumo Não Técnico** (RNT) constitui um documento integrante do **Relatório Ambiental (RA)** da **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)**, que visa informar todos os que têm direito e querem participar, de forma resumida e em linguagem corrente, as principais informações constantes do RA, o qual identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano.

2. O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

A **Avaliação Ambiental** pode ser definida como a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa. Os Planos de Urbanização (PU) são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, sendo que o Plano de Urbanização de Ourém (PUO), pelas dimensões da área abrangente, bem como pelas características deste território, impõe a necessidade de elaboração da AAE.

No âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), a Avaliação Ambiental constitui um procedimento de acompanhamento contínuo e sistemático de avaliação, implicando uma abordagem estratégica, que visa garantir que os efeitos ambientais das soluções apresentadas pelo plano são tidos em consideração, ao longo do seu processo de elaboração, desde a preparação, até à sua aprovação. Neste sentido, cada uma das suas etapas foi articulada com as diferentes fases do processo de elaboração do PUO.

No processo de AAE, foram definidos **Fatores críticos para a decisão** (FCD), que constituem temas fundamentais para a decisão, identificando os aspetos que devem ser considerados na conceção da sua estratégia e das ações, para melhor satisfazer objetivos ambientais e de sustentabilidade. Na avaliação, foram identificados as principais **oportunidades e riscos** para o desenvolvimento sustentável que possam advir da implementação do PUO, definidas as **diretrizes de planeamento, gestão e monitorização** e estabelecido o **quadro de governança** que deverão acompanhar a implementação do plano.

3. O QUE SÃO O RELATÓRIO AMBIENTAL E A DECLARAÇÃO AMBIENTAL?

O **Relatório Ambiental** (RA) constitui um documento no qual se apresenta a análise de tendências e a avaliação das oportunidades e riscos em termos ambientais e de sustentabilidade gerados pela implementação do plano, visando também estabelecer diretrizes que constituam orientações ou recomendações para o planeamento, gestão e seguimento. O RA, incluindo o RNT, são instrumentos fundamentais para efeitos de discussão pública e institucional.

A **Declaração Ambiental** (DA) constitui um documento público emitido após a aprovação do plano, que sintetiza as informações mais relevantes do processo de AAE, evidenciando a forma como foram integradas no plano as recomendações de avaliação, as medidas de monitorização e os contributos derivados das consultas institucional e pública.

4. QUAL O OBJETO DA AAE?

O **objeto de avaliação** da AAE é o **Plano de Urbanização de Ourém** (PUO), tendo sido avaliadas as estratégias e medidas apresentadas.

O PUO apresenta uma área de 467,23 hectares, que se distribui pelas freguesias de Nossa Senhora da Piedade e de Nossa Senhora das Misericórdias. Engloba a Cidade de Ourém, compreendendo o território desde a encosta da Lourinha até à parte do morro do Castelo de Ourém, integrando a malha urbana, os espaços intersticiais, a galeria ripícola ao longo da ribeira de Seiça, bem como o casco antigo do Castelo de Ourém. A Cidade possui boa conectividade, tanto a nível intramunicipal como regional, complementada pela rede ferroviária na envolvente (estação de Caxarias e estação de Seiça-Ourém).

Esta área é atravessada por diversas linhas de água, destacando-se a ribeira de Seiça, que a cruza transversalmente, formando um vale de relevo suave, que contrasta com o terreno mais acidentado que ocorre a Sul e a Norte, respetivamente dominado pelo morro do Castelo e a encosta da Lourinha. Possui um património cultural bastante diverso, fruto da sua complexa história e da sua evolução ao longo dos tempos. São também de realçar as rotas e caminhos que atravessam este território, quer com propósitos lúdicos, turísticos ou de lazer.

A evolução urbana da Cidade de Ourém reflete as condições geográficas, climáticas, morfológicas e agrícolas da região, bem como os diversos acontecimentos históricos e sociais ocorridos. A maior concentração de edifícios ocorre na Vila Medieval e no centro da cidade, sendo nesta última zona que existe uma maior diversificação de usos e funções, incluindo comércio, serviços e equipamentos de utilização coletiva. É também nestas duas zonas que predominam os espaços públicos de permanência, destacando-se os largos e praças que permeiam a malha urbana. Na zona de charneira entre o centro e o morro do Castelo, a malha urbana surge de forma dispersa, baseada na rede viária e associada às áreas agrícolas dominadas pelos olivais.

5. QUE OPÇÕES ESTRATÉGICAS FORAM AVALIADAS?

O PUO tem como **visão para a Cidade de Ourém** “*instituir um modelo de desenvolvimento sustentável, competitivo, atrativo, conetivo e resiliente capaz de vencer os desafios futuros e afirmar a Cidade de Ourém como um centro urbano de importância regional e exemplo de qualidade urbana*”, apresentando os seguintes **objetivos principais**:

- Op1 - Reforçar o papel da Cidade como sede administrativa do concelho;
- Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade;
- Op3 - Promover o espaço público a duas escalas (de cidade e de proximidade) enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização;
- Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho, com destaque para os que constituem o eixo urbano Fátima-Ourém-Caxarias-Freixianda;
- Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade, promovendo a ocupação dos espaços livres e avaliando a possibilidade da sua densificação;
- Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente;
- Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços.

Tendo em consideração a caracterização do objeto de avaliação, a visão estabelecida, e os objetivos principais e específicos definidos pelo PUO, foram definidas as seguintes **questões estratégicas** (QE) a considerar na avaliação ambiental:

QE1 - Afirmação da cidade no contexto municipal e supramunicipal, dotando-a de um conjunto de funções urbanas, promovendo a reabilitação do edificado, a criação e reabilitação de equipamentos, a regeneração de áreas degradadas ou obsoletas, e a ocupação dos espaços livres, numa lógica de contenção urbana.

QE2 - Promoção do património cultural e natural da Cidade, através da valorização e reabilitação do património construído, da proteção dos valores naturais, o respeito pela paisagem, como forma de enfatizar a identidade e melhorar a atratividade urbana.

QE3 - Melhoria da acessibilidade interna e externa, organizando a circulação, desviando o trânsito de atravessamento e promovendo um estacionamento mais adequado e a mobilidade suave,

QE4 - Dinamização da atividade económica, incentivando a instalação de empresas e serviços, estabelecendo programas para as áreas comerciais e promovendo a revitalização das atividades, com destaque para as tradicionais e de base produtiva.

QE5 - Promover a qualidade de vida urbana e sustentabilidade ambiental, reforçando a dotação dos espaços verdes urbanos, promovendo o espaço público de sociabilização, aumentando a arborização dos espaços públicos, assegurando a continuidade da estrutura verde, e contribuindo para adaptação e minimização dos efeitos das alterações climáticas.

6. QUAIS SÃO OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE OURÉM?

Os **Fatores Críticos para a Decisão** (FCD) constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, identificando os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável.

No âmbito da AAE do PUO, foram estipulados os seguintes FCD:

FCD1 - Ordenamento do território – pretende avaliar de que forma o PUO contribui para o ordenamento da área de intervenção e articulação com a envolvente, nomeadamente com a reabilitação do edificado, a criação e reabilitação de equipamentos, a regeneração de

áreas degradadas ou obsoletas, a ocupação dos espaços livres, e a qualificação da malha urbana.

FCD2 - Desenvolvimento socioeconómico – pretende avaliar de que forma o PUO contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, a revitalização das atividades, com destaque para as tradicionais e de base produtiva, assim como a fixação da população residente.

FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos - pretende avaliar de que forma o PUO contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, da proteção dos valores naturais, e a valorização da paisagem

FCD4 – Qualidade ambiental - pretende avaliar de que forma o PUO contribui para a melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente no que diz respeito ao sistema público de drenagem e tratamento de águas residuais, qualidade do ar, ruído, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas.

7. QUAIS AS PRINCIPAIS POLÍTICAS ORIENTADORAS E OS PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS RELEVANTES?

No âmbito da AAE do PUO, foram analisadas as principais políticas, planos, programas e estratégias que estabelecem objetivos e metas ambientais e de sustentabilidade, desenvolvidos a nível internacional, nacional, regional e municipal, e que devem orientar o plano.

Âmbito nacional:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020)
- Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)
- Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020)
- Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR2020)
- Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)

- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)
- Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)
- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2020 (PANCD)
- Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) - Estratégia 2020-2030
- Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 (PDR 2020)
- Plano Nacional da Água (PNA 2015)
- Diretiva Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE)
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA 2012-2020)
- PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020, PERSU 2020+) e Diretiva-Quadro Resíduos
- Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC)
- Plano Nacional de Saúde – Revisão e Extensão a 2020
- Estratégia Turismo 2027 (ET 2027)
- Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)
- Acordo de Parceria 2014-2020 (Portugal 2020)

Âmbito regional:

- Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT)
- Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT)
- Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo (PGRH Tejo)
- Planos de Gestão dos Riscos e Inundações da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste 2016/2021

Âmbito municipal:

- Plano Diretor Municipal de Ourém (PDMO)
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Ourém (PEDU)

- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo (PIAACMT)
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ourém (PMEPC de Ourém)
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ourém 2018 - 2027

8. QUAIS AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS?

As **principais tendências relevantes** que se têm vindo a verificar no passado e que previsivelmente se irão manter no futuro, caso o PUO não seja implementado são as seguintes:

FCD1 - Ordenamento do território

- Tendência de crescimento da construção, em especial do parque habitacional, com um incremento das condições de habitabilidade (água canalizada, instalações sanitárias e instalações de banho ou duche)
- Bom acesso da população aos equipamentos e transportes coletivos, embora mais centrada no centro cívico e com os transportes públicos muito condicionados ao período escolar, o que fomenta a utilização do transporte individual
- O desenvolvimento e expansão urbana têm-se mostrado de acordo com a proteção das áreas de risco, sendo as áreas ocupadas com usos incompatíveis bastante diminutas
- Falta de conectividade da Cidade de Ourém a nível de transporte público, possuindo poucas vias pedonais dedicadas e ciclovias, com a necessidade de uma aposta na mobilidade suave
- Existência de uma aposta na requalificação urbana, com a reabilitação dos edifícios em pior estado de conservação e qualificação do espaço público, na inversão da tendência do aumento dos alojamentos vagos e de uso sazonal
- Necessidade da promoção de usos e funções (serviços e comércio) mais adaptados às necessidades atuais da população, como reforço da atratividade da Cidade de Ourém e o seu papel como sede do concelho

FCD2 - Desenvolvimento socioeconómico

- Aumento da população residente e do número de famílias clássicas na área do PUO nos últimos anos
- Bom nível de qualificação da população residente, encontrando-se cerca de metade da população empregada na área do PUO, embora exista um ligeiro decréscimo do número de empresas em Ourém nos últimos anos, com uma consequente quebra na criação de postos de trabalho
- Aumento da atividade da Cidade de Ourém para viver e visitar, patente nas boas condições de habitabilidade dos alojamentos de residência habitual
- Tendência para o aumento do turismo no concelho e Cidade de Ourém, embora na área do PUO atualmente ainda se verifique parca oferta de estabelecimentos de alojamento turístico
- Existência de três produtos Denominação de Origem Protegida (DOP), bem como um Vinho Medieval de Ourém (DO), tendo o município um papel ativo na promoção dos produtos locais
- Oportunidade de promoção turística e melhoria da imagem urbana da Cidade de Ourém, através da valorização do património natural e cultural existente, bem como promoção da economia local, através do comércio tradicional e produtos locais

FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos

- Ocorrência de áreas de habitats, bem como a probabilidade de espécies de fauna e flora de elevado valor ecológico, oferecendo uma oportunidade para a proteção dos recursos naturais e valorização das funções ecológicas inerentes
- Importância da ribeira de Seiça a nível ecológico (habitat e corredor ecológico), verificando-se um aumento da área com vegetação ribeirinha, embora estas áreas sejam pouco valorizadas, com uma tendência à fragmentação
- Existência de povoamentos de sobreiros e azinheiras, uma árvore de interesse público e algumas ruas arborizadas, embora se verifique a falta de conectividade na estrutura arbórea urbana
- A Estrutura Ecológica engloba quase metade da área total do PUO, embora se verifique uma falta de conectividade nas áreas naturais e seminaturais, que poderá ser mitigado com a promoção de um continuum ecológico através da ribeira de Seiça e

seus afluentes e ruas arborizadas, bem como a criação de espaços de recreio associados às linhas de água, complementando o recreio com a proteção ambiental

- Existência de diversos elementos de património arquitetónico e arqueológico, bem como rotas e caminhos de índole turística e cultural, com a oportunidade de valorização do património cultural como forma de impulsionar o turismo
- Existência de diversos espaços verdes, assegurando uma disponibilidade de 32,64 m² por habitante, embora se verifique que estes se concentram sobretudo no centro cívico e Vila Medieval, onde ocorrem as praças e largos
- Quase metade da área encontra-se em solo impermeabilizado, existindo uma tendência para o aumento das áreas florestais, em detrimento das áreas agrícolas, embora as áreas de risco apresentem, em geral, usos adequados

FCD4 – Qualidade ambiental

- Verifica-se um aumento da eficiência das infraestruturas, com um decréscimo gradual das perdas nos sistemas de abastecimento de água, aumento da percentagem de águas residuais que sofrem o nível terciário de tratamento e aumento da quantidade de resíduos com recolha seletiva (embora este valor ainda seja baixo e não sendo acessível equitativamente à população do concelho)
- Polos de captação de água com perímetros de proteção implementados
- Possui, em geral, boa qualidade do ar, sendo mesmo muito boa para a maioria dos poluentes, com exceção do O₃
- Baixos níveis de ruído na área do PUO, com exceção das zonas junto às principais vias, que poderá ser agravado com a criação de novos acessos
- Consumos de energia na iluminação pública e edifícios públicos, em geral, tem vindo a diminuir ao longo dos anos, embora a nível dos edifícios privados ainda se verifique que estes possuem uma classificação energética de classe igual ou inferior a C, apelando à adoção de soluções mais eficientes em relação ao consumo de energia
- Áreas de REN com risco de erosão possuem ocupações compatíveis com as suas funções
- Oportunidade para promoção da mobilidade suave, de forma a diminuir as emissões de gases poluentes, gerando maior qualidade do ar, menor ruído e contribuindo para a mitigação das alterações climáticas.

- Aumento dos focos com espécies vegetais invasoras, em especial junto às linhas de água

9. QUAIS AS PRINCIPAIS OPORTUNIDADES E RISCOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DECORRENTES DO PUO?

As principais **oportunidades**, a longo prazo, que podem resultar a implementação do PUO são, para cada FCD:

FCD1 - Ordenamento do território

- Promoção da requalificação urbana, através da reabilitação do parque edificado, com a rentabilização das infraestruturas construídas, contribuindo para o correto ordenamento e ocupação sustentável do território
- Dinamização e revitalização do espaço público, promovendo a multifuncionalidade dos espaços e a sua utilização
- Promoção de usos e funções (serviços e comércio) mais adaptados às necessidades atuais da população
- Fomento de uma organização mais equitativa dos equipamentos e espaços públicos com o reforço e criação de novas centralidades
- Reforço da atratividade da Cidade de Ourém e o seu papel como sede do concelho
- Promoção da mobilidade em transportes públicos e incentivo à mobilidade suave
- Proteção das áreas de risco
- Valorização das funções ecológicas das áreas de índole natural

FCD2 - Desenvolvimento socioeconómico

- Aumento da atividade da Cidade de Ourém para viver e visitar
- Melhoria das condições do edificado e do espaço público
- Melhoria das condições de habitabilidade
- Promoção da multifuncionalidade da Cidade, promovendo uma maior dinâmica empresarial e da economia local, através do comércio serviços e empresas

- Promoção da dinamização empresarial
- Promoção turística e melhoria da imagem urbana da Cidade de Ourém, através da valorização do património natural e cultural existente
- Promoção da economia local, através do comércio tradicional e produtos locais
- Valorização dos recursos endógenos, como forma de potenciar o crescimento económico sustentável
- Promoção do turismo e visitação
- Melhoria da imagem urbana da Cidade de Ourém

FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos

- Proteção dos recursos naturais e valorização das funções ecológicas inerentes
- Promoção de um *continuum* ecológico através da ribeira de Seiça e ruas arborizadas
- Proteção do recurso natural solo, nomeadamente em termos de quantidade e qualidade/ fertilidade
- Proteção das áreas de RAN com usos compatíveis
- Revitalização das atividades tradicionais e a diversificação da base produtiva, combinando a gestão do solo com o desenvolvimento socioeconómico sustentável
- Articulação das funções produtivas com o uso agrícola
- Criação de espaços de recreio associados às linhas de água, complementando o recreio com a proteção ambiental
- Inclusão de corredores ripícolas na EE, como forma de salvaguarda e manutenção dos ecossistemas associados e contribuindo para a qualidade dos recursos hídricos superficiais
- Incentivar à utilização eficiente da água
- Promoção da floresta multifuncional e preservação das áreas com vegetação autóctone
- Salvaguarda e valorização do património cultural
- Requalificação e reabilitação dos elementos com valor histórico, patrimonial e identitário

- Salvaguarda e valorização do património arqueológico
- Promover a imagem da área do PUO, fomentando a arborização dos espaços e a utilização de espécies nativas
- Fomentar a integração paisagística dos espaços com atividades industriais e empresariais

FCD4 – Qualidade ambiental

- Otimização da utilização das redes diminuindo os custos de operação e manutenção associados
- Melhoria da qualidade do ar e proteção da saúde humana, através da criação de espaços verdes e arborização das ruas
- Promoção da mobilidade suave, de forma a diminuir as emissões de gases poluentes
- Assegurar uma melhor distribuição dos usos propostos não permitindo a existência de novos recetores sensíveis em locais expostos ao ruído
- Otimização da distribuição das infraestruturas próprias para a recolha seletiva, através da consolidação urbana, contribuindo para melhorar o desempenho ambiental do concelho
- Adoção de soluções mais eficientes em relação ao consumo de energia
- Maior eficiência na utilização da energia, derivada da aposta na consolidação urbana, regeneração urbana e incentivos aos edifícios de construção sustentável, contribuindo para a racionalização dos consumos energéticos
- Fomento da aplicação de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas de forma atempada
- Aposta na mobilidade suave, contribuindo para a diminuição das emissões de gases provenientes do tráfego automóvel
- Salvaguarda de áreas de risco, nomeadamente áreas inundáveis

Os principais **riscos**, a longo prazo, que podem resultar a implementação do PUO são, para cada FCD:

FCD1 - Ordenamento do território

- Não se prevê riscos significativos

FCD2 - Desenvolvimento socioeconómico

- A possibilidade de instalação de novas atividades económicas poderá contribuir para o aumento da emissão de efluentes residuais e poluentes atmosféricos

FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos

- Aumento da impermeabilização do solo
- Fragmentação das áreas com interesse agrícola
- Aumento do consumo de recursos hídricos e produção de águas residuais
- Perda dos valores identitários, caso não seja acautelada a sua proteção
- Possíveis impactes na paisagem originados pela colmatção das áreas livres e execução das áreas programadas

FCD4 – Qualidade ambiental

- Os espaços de atividades económicas podem gerar um aumento das emissões de poluentes atmosféricos, devido ao tráfego e/ou às próprias atividades
- O aumento de tráfego pode induzir o aumento do ruído
- A ocupação das áreas livres poderá levar ao aumento da produção de resíduos quer da tipologia de construção e demolição quer resíduos equiparados a domésticos e industriais
- A densificação urbana irá contribuir para o aumento dos consumos energéticos, risco que poderá ser minimizado com a construção de novos edifícios mais eficientes
- Os espaços de atividades económicas empresariais e industriais levará ao aumento das emissões de gases com efeitos estufa, devido ao aumento do tráfego, assim como o funcionamento de máquinas e equipamentos, cuja significância poderá ser minimizada pela adoção de medidas que conduzam à redução das emissões e à adaptação às alterações climáticas

10. QUAIS AS PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO?

Para concretizar as oportunidades identificadas e minimizar os riscos, propõem-se as seguintes **diretrizes de planeamento e gestão**:

- Promover soluções mais adequadas de requalificação do parque edificado, com a diminuição dos edifícios em mau e péssimo estado de conservação e decrescendo o número de alojamentos vagos
- Promover uma rede de espaços públicos coerente, equitativa, atrativa e com conectividade, acessível a todos
- Promover a dinamização do comércio e serviços
- Garantir o acesso de toda a população residente aos equipamentos e serviços públicos
- Promover as ligações rodoviárias, requalificando e criando novas vias e apostando na mobilidade suave
- Promover a cobertura total dos transportes públicos, fomentando as relações intraconcelhias e a ligação com a rede ferroviária
- Condicionar e impedir a ocupação não adequada das áreas de risco
- Definir Índices de impermeabilização do solo
- Estimular iniciativas de inclusão e inserção social
- Estimular iniciativas de criação de serviços
- Garantir disposições relativas à integração paisagística de áreas de atividades económicas (como arborização de ruas e criação de espaço público) como forma de minimizar os possíveis impactes das atividades aí desenvolvidas
- Definir as áreas e os tipos de produtos que poderão ser promovidos de forma integrada e de promoção de marca territorial
- Desenvolver ações de promoção e divulgação
- Providenciar apoios para o alojamento turístico, bem como o fornecimento de serviços e sua divulgação

- Criação e colmatção dos corredores arborizados, para interligação das diferentes áreas integrantes da Estrutura Ecológica
- Dar preferência a espécies autóctones nas ações de arborização
- Na execução das vias propostas, e sempre que estas afetem áreas integradas em RAN, os projetos devem preferencialmente ser implantados em caminhos existentes ou nos limites das parcelas de modo a evitar/ minimizar a fragmentação dos espaços agrícolas
- Fomentar a conservação das áreas agrícolas em meio urbano
- Arborizar e criar/ requalificar os espaços verdes recorrendo preferencialmente a espécies autóctones com baixas necessidades hídricas
- Valorizar os vales das principais linhas de água, com a regulamentação destes espaços e a sua promoção através da utilização lúdica e recreativa pela população
- Promover a limpeza, manutenção e desobstrução das linhas de água e erradicação de espécies invasoras
- Promover, nas novas construções e espaços públicos, a inclusão de mecanismos de uso eficiente da água, através da integração de equipamentos e mecanismos adequados e reutilização de águas pluviais e de águas tratadas
- Promover medidas de controlo de espécies exóticas invasoras, quando se verifique a sua presença, e interditar a sua introdução nas áreas verdes
- Promover uma gestão sustentável dos espaços florestais, com uma diminuição do risco de incêndio
- Promover as rotas e roteiros do património
- Acautelar a proteção dos valores inventariados através de normas regulamentares
- Desenvolver ações de identificação do património cultural, divulgação e dinamização e monitorização do seu estado de conservação
- Garantir disposições relativas à integração paisagística de novas áreas de atividades económicas ou equipamentos
- Prever arborização ao longo de todas as novas vias propostas. Nas vias existentes a arborização deverá ser promovida, sempre que possível e adequado

- As ações de reabilitação do edificado devem ser acompanhadas por ações de manutenção das infraestruturas
- Prever a arborização em todas as vias de modo a promover a integração paisagística, melhorar o conforto bioclimático e a qualidade do ar
- Prever pontos de interface, de forma a potenciar a utilização de modos suaves
- Nos projetos de requalificação ou beneficiação de vias onde foram identificadas incompatibilidades, deverá efetuar-se a repavimentação com pavimento com uma camada de desgaste betuminosa menos ruidosa
- Os procedimentos de novas operações urbanísticas na envolvente das áreas de conflito acústico, deverão ser condicionados à efetiva demonstração da compatibilidade do ambiente sonoro existente e decorrente, com os respetivos valores limites de exposição
- Nos casos onde se preveja ou verifique a ultrapassagem até 5 dB(A) dos valores limite fixados no RGR, o projeto acústico dos edifícios a construir deverá contemplar o índice de isolamento sonoro a sons de condução aérea, normalizado, D2m,n,w, superior em 3 dB aos valores constantes do RRAE
- Desenvolvimento de projetos de sensibilização ambiental, no âmbito da gestão de resíduos e separação multimaterial
- Possibilidade de ajustar a localização dos ecopontos, aumentando a área servida
- A reabilitação e requalificação de espaços e edifícios públicos deverá prever a utilização de equipamentos e iluminação eficientes
- Aplicação de sistemas de iluminação pública eficiente que contribuam para a racionalização dos consumos energéticos e, de forma indireta, para a diminuição das emissões de GEE
- Promover edifícios de emissões zero
- Prever a arborização das vias propostas e requalificadas, e criar condições para a integração de mais áreas arborizadas no espaço público
- Garantir que os circuitos de transportes públicos servem as principais áreas de atividades económicas existentes e propostas e fomentar a transferência modal

11. QUEM SÃO OS PRINCIPAIS AGENTES NO SUCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PUO?

Os principais agentes no sucesso da implementação do PUO, assim como na garantia de uma implementação sustentável do plano são os intervenientes diretos no território, mas também os organismos setoriais da Administração Pública, o setor privado e a população em geral.

O **Quadro de governança** deverá incluir os seguintes:

- Câmara Municipal de Ourém
- Juntas de freguesia de Nossa Senhora da Piedade e de Nossa Senhora das Misericórdias
- CCDR-LVT
- Organismos setoriais da Administração Pública (APA, ICNF, DGPC, ARS-LVT, Turismo de Portugal, DGEg, IP, ANEPC, LNEG, DRAPLVT ...)
- Empresários e associações empresariais
- Operadores de transportes
- Residentes e proprietários
- ONG e Associações locais

12. QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO?

Os principais **indicadores de monitorização** propostos pela AAE do PUO são:

- Grau de execução das ações do PEDU aprovadas (%)
- Número de edifícios licenciados por tipo de obra e de utilização (N.º)
- Área degradada relativamente à área recuperada, nas intervenções (%)
- Reclamações sobre as patologias detetadas nas construções relativamente às resoluções das patologias detetadas nas construções (N.º)

- Extensão de vias requalificadas (km)
- Extensão de vias pedonais dedicadas e ciclovias (km)
- População servida pelos diferentes equipamentos (desportivos, educacionais, saúde e apoio social) (Hab.)
- Percentagem da área urbana do PU servida por transportes coletivos (%)
- Percentagem dos meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares (%)
- Índice de impermeabilização (existente e previsto)
- Área de ZAC ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)
- Área de AIV ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)
- Áreas da REN do sistema - áreas de infiltração máxima- desafetadas ou com usos compatíveis (alvo de comunicações prévias)
- Evolução da população residente na área do PU, na freguesia e concelho (%)
- Quantidade de famílias em alojamentos não clássicos na área do PU (N.º)
- Proporção de alojamentos sem água canalizada, instalações sanitárias e instalações de banho ou duche (%)
- Quantidade de edifícios licenciados para empresas e atividades económicas (N.º)
- Níveis de qualificação dos recursos humanos (%)
- Postos de trabalho criados por setores de atividade (N.º)
- Ações de promoção dos produtos locais realizadas (N.º)
- Produtos de qualidade certificada existentes no concelho (N.º)
- Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (N.º)
- Capacidade de alojamento turístico na área do PU por categoria de estabelecimento (N.º de camas)
- Dormidas em alojamento turístico por 100 habitantes (N.º)
- Taxa de ocupação por categoria dos estabelecimentos (%)
- Área ocupada por habitats naturais de interesse comunitário (Ha)
- Espécies de fauna e flora referenciadas para a área do PU (N.º)

- Evolução da área com vegetação ribeirinha (Ha)
- Ações de gestão e valorização dos valores naturais na área do PU (N.º)
- Povoamentos de sobreiro e azinheira na área do PU (Ha)
- Grau de afetação de habitats e de alteração do seu estado de conservação (Ha; %)
- Grau de afetação das espécies da flora e da fauna com estatuto de proteção legal e de ameaça (Ha; %)
- Superfície dos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação (Ha)
- Percentagem de controlo das espécies invasoras face à superfície total afetada pelas espécies exóticas invasoras (%)
- Espécies arbóreas de interesse público (N.º)
- Vias arborizadas (Km)
- Continuidade da Estrutura Arbórea Urbana (Ha)
- Continuidade da EEM (Ha)
- Aumento de corredores naturais com espécies autóctones (%)
- Galerias ripícolas mantidas, adensadas ou recuperadas (m)
- Continuidade dos corredores de vegetação natural ao longo das linhas de água presentes na área do PUO (m)
- Área de RAN afeta a usos não agrícolas (Ha)
- Percentagem de solo impermeabilizado (%)
- AEREHS ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)
- Área (solos) degradada passível de ser recuperada (m²)
- Área com elevado e muito elevado risco de erosão (%)
- Ações de recuperação e valorização dos ecossistemas ribeirinhos (N.º)
- Focos de degradação do meio hídrico (N.º)
- Superfície permeável impermeabilizada devido ao crescimento urbano (m²)

- Área das margens dos cursos de água com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)
- Número de incêndios e área ardida na área do PU (N.º e Ha)
- Ocorrências com área ardida inferior a 1 ha (N.º)
- Evolução da área florestal na área do PU (Ha)
- Ações de gestão de combustível e área intervencionada na área do PU (N.º)
- Elementos patrimoniais classificados e inventariados na área do PU (N.º)
- Ações de valorização do património cultural na área do PU (N.º)
- Estruturas hidráulicas tradicionais identificadas (N.º)
- Rotas e caminhos existentes (N.º)
- Sítios arqueológicos identificados (N.º)
- Sítios arqueológicos valorizados na área do PU (N.º)
- Área de espaços verdes público por habitante (m²/ Hab.)
- Área integrada em Estrutura Ecológica Municipal (Ha)
- Área afeta aos espaços verdes com espécies autóctones (Ha)
- Perdas de água do sistema de abastecimento (m³)
- Eficiência de tratamento das ETAR (%)
- Captações de águas subterrâneas para abastecimento público, com perímetros de proteção implementados (%)
- Cumprimento da selagem de furos de captação desativados (%)
- Índice da qualidade do ar
- Evolução das emissões atmosféricas do setor industrial do concelho (ton/km²)
- Queixas apresentadas relativas a ruído na zona do PU (N.º)
- Níveis de ruído na área do PU e sua envolvente direta (N.º; Ha)
- Pessoas expostas e respetivo grau de exposição nas áreas de conflito face aos novos usos existentes e previstos (N.º)

- Proporção de alojamentos com serviço de recolha seletiva por ecopontos (a uma distância máxima de cerca de 200 m) e/ou porta a porta, disponibilizado pela entidade gestora na sua área de intervenção (%)
- Pontos e elementos de recolha de resíduos (N.º)
- Quantidade de resíduos urbanos recolhidos (Ton)
- Quantidade de resíduos geridos e tipo de destino, desagregados por fluxo material (Ton)
- Quantidade de Biorresíduos recolhidos seletivamente (Ton)
- Quantidade de Biorresíduos a desviar de aterro para compostagem (Ton)
- Quantidade de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra (%)
- Classificação energética dos edifícios (%)
- Consumo de energia na iluminação pública e nos edifícios públicos (kW/h)
- Proporção de utilização de energias renováveis na iluminação pública e nos edifícios públicos (%)
- Afetação das áreas da REN “com risco de erosão” (Ha)
- Área ocupada por espécies invasoras (Ha)
- Espécies invasoras identificadas (N.º)
- Área intervencionada com vista ao controlo de espécies invasoras (Ha)
- Área intervencionada com ações de arborização, rearborização e de reconversão florestal (Ha)
- Edifícios com mecanismos de aproveitamento de FER (N.º)
- População afetada por tipo de ocorrência por ano (Hab.)
- Iniciativas de gestão municipal de adaptação às alterações climáticas (N.º)
- Identificação e quantificação de radiações eletromagnéticas ionizantes e não ionizantes
- Potenciais zonas de criadores naturais de culicídeos (mosquitos), vetores de doença (N.º), com vista a minimizar a proliferação de mosquitos

13. O QUE SE CONCLUIU SOBRE O DESEMPENHO AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE DO PUO?

O PUO apresenta-se como uma estratégia que visa a instituição de um modelo de desenvolvimento sustentável para a Cidade de Ourém que a reafirme como sede administrativa do concelho, assegurando maiores e melhores acessibilidades internas e externas, contendo a expansão urbana, fomentando a valorização do património natural e cultural como forma de melhorar a sua atratividade, promovendo a regeneração urbana e qualificação do espaço público (de cidade e de proximidade), revitalizando a economia local e promovendo a melhoria da qualidade de vida da população.

No âmbito da AAE, foi efetuada uma avaliação das propostas do PUO e listado um conjunto de recomendações (diretrizes para o seguimento) que deverão contribuir para aproximar as propostas dos objetivos de sustentabilidade definidos na Avaliação Ambiental. Através da avaliação efetuada, conclui-se que o balanço entre os efeitos positivos (oportunidades) e negativos (riscos) resultantes da implementação das propostas do PUO é bastante positivo, resultando num potencial de desenvolvimento sustentável do território.

Nas situações em que se prevê que a implementação do PUO possa gerar riscos, foram efetuadas recomendações com vista à sua minimização/eliminação. Foram igualmente efetuadas recomendações que visam potenciar os efeitos positivos e oportunidades resultantes da implementação da proposta do Plano.

Estas medidas têm em consideração as características intrínsecas da área de intervenção e das opções estratégicas do plano, bem como as orientações definidas pelos documentos de referência estratégica, identificados na fase de definição do âmbito, e os pareceres emitidos pelas entidades consultadas. Estas orientações poderão ainda ser complementadas, em resultado da apreciação das entidades com responsabilidades ambientais específicas e da discussão pública.

